

Sarney manda Bresser reformular sua proposta

E determina que a colocação de títulos da dívida entre credores seja de forma voluntária

O presidente José Sarney determinou, ontem, ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para que insista junto aos credores na proposta de uma renegociação da dívida de forma anticonvencional. Esta proposta é, porém, caracterizada pela colocação de títulos da dívida aos credores de forma voluntária, e não mais através da imposição de um desconto de 30 por cento sobre metade do total da dívida, proposta esta recusada pelo secretário de Estado norte-americano, James Baker.

Bresser relata em nota oficial divulgada ontem que deixou claro na conversa com Baker que a dívida do Brasil, sendo quase cinco vezes maior do que o valor das exportações, é um problema estrutural da economia do País e não pode ser resolvido da maneira atual. A dívida externa exige soluções a um tempo realista e adequadas à efetiva capacidade de pagamento do País, diz a nota — “não basta para o Brasil aumentar as exportações e pôr ordem na casa”. Sem soluções criativas será impossível chegar a um encaminhamento definitivo para o problema da dívida.

O Ministro da Fazenda, entretanto, concorda em formular uma proposta que não torne obrigatória a conversão de metade da dívida em títulos. Da proposta continuará a constar a emissão de quantidade expressiva de títulos, mas o Brasil não exigirá uma porcentagem mínima de títulos a serem subscritos pelos bancos.

Os títulos a serem emitidos, embora tenham uma taxa de juros inicial inferior ao mercado (desconto), deverão ser aceitos voluntariamente por um grande número de bancos pois serão facilmente negociáveis, afirmou o Ministro. Ele justifica afirmando que serão incluídos pagamento adicional de juros caso a economia brasileira aumente sua capacidade de pagar e porque não obrigarão mais os bancos a fornecerem novos empréstimos a cada ano para financiamento parcial dos juros, os quais sofrem imediatamente um deságio de 50 por cento, aproximadamente, no mercado, sem se afastar excessivamente do modelo convencional. Bresser e Baker concordaram, diz a nota, que eram necessárias soluções criativas sobre a dívida. O próximo passo brasileiro será a apresentação da proposta oficial do País no pró-

ximo dia 25, em Nova Iorque, ao comitê de renegociação da dívida externa.

A proposta brasileira, disse Bresser, será aceita pelos credores porque é mais interessante do que manter o sistema atual de renegociação à base do financiamento convencional dos juros. Ela não constitui, disse, em nenhuma garantia de continuidade e representa perigo tanto para o Brasil quanto para os credores. Primeiro porque os juros sofrem descontos logo que negociados, e em segundo lugar, o País fica sempre na iminência de suspender o pagamento desses juros em face das dificuldades econômicas que enfrenta.

Os banqueiros disse Bresser, mostraram-se, em Viena, compreensivos com a proposta apresentada pelo Brasil, porque julgaram-na criativa.

Ao mesmo tempo, o Ministro admitiu que recuou após encontro com Baker. Ele, Baker, também recuou, disse o Ministro. Se por um lado recuou em relação a colocação obrigatória dos títulos com deságio de 30 por cento sobre metade da dívida, de outro lado, Baker, ao aceitar a proposta da colocação voluntária, também recuou, na medida que ela representa, na prática, a mesma coisa. A gente recua e avança. Essa é a norma da negociação. Estou convencido de que os bancos aceitarão o desconto voluntário a ser proposto por nós. Eles fizeram reservas importantes para se protegerem de possíveis prejuízos. Essa é a prova de que o mercado aponta para a solução que estamos propondo, de conseguir um certo deságio sobre a dívida”.

Para Bresser, a proposta brasileira, se concretizada, manterá internamente o desenvolvimento econômico, a estabilidade dos preços e representará uma solução efetiva de longo prazo para a renegociação da dívida — “estamos abrindo, com nossa proposta uma perspectiva para todos os países devedores, e foi dessa forma que ela foi entendida em Viena.

O encaminhamento da proposta brasileira, para o Ministro, deverá ser precedida de negociações tanto com o PMDB quanto com os credores, mas Bresser negou que ao partido que pertence não apresentará detalhes da proposta por falta de tempo e condições. Ele disse que a proposta não pode vazar, e que o PMDB confia nele.

Quanto à conversão da dívida em investimento direto, a mesma não deverá ser obrigatoriamente concluída antes de iniciada a negociação ou mesmo no momento em que a proposta oficial brasileira for apresentada aos credores. E um trunfo da negociação, porém, será elaborada com calma, sem precipitação. Paralelamente será mantida a moratória enquanto o País não realizar uma negociação satisfatória com os credores. Após a negociação com os credores, Bresser admitiu que o País poderá acertar, dependendo das condições, um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Ele disse não ver nenhum mal nisso, mesmo porque o País receberia dinheiro novo sem se comprometer a seguir um modelo econômico incompatível com os interesses brasileiros.

ADAUTO CRUZ



203

Bresser distribui sua nota, abrindo a entrevista: agora, proposta que não obrigue a troca de títulos